

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****140ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 515/2024/CMRI/CC/PR

NUP: 53125.000647-2024-77**Órgão: MCOM - Ministério das Comunicações****Requerente: A. O. M.****Resumo do Pedido**

O demandante, após duas negativas de acesso ao Processo nº 53115.000733/2024-07 pelo MCOM, solicitado através do Protocolo Digital, requereu acesso integral ao processo em questão via Plataforma Fala.BR, conforme orientação do próprio Ministério das Comunicações.

Resposta do órgão requerido

O órgão respondeu que, considerando os dados sensíveis contidos no Processo nº 53115.000733/2024-07, o qual ainda estão em fase interna, permitir o acesso resultaria na exposição de informações não divulgadas, conferindo vantagem competitiva indevida aos demais participantes. Por isso, segundo o MCOM, é necessário restringir o acesso devido à natureza preparatória do documento até a conclusão da fase interna, conforme previsto no artigo 7º, § 3º, da LAI.

Recurso em 1ª instância

O demandante reiterou o pedido de acesso integral ao processo em questão nos mesmos termos do pedido inicial.

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

O órgão requerido respondeu que o Processo nº 53115.000733/2024-07, de parceria entre o MCOM e a Universidade de Brasília (UnB), trata do planejamento de novos editais de licitação para outorga de serviços de radiodifusão privada. Diante disso, considerando que o requerente apenas repete o pedido feito anteriormente, o MCOM reiterou as razões pelas quais não é viável conceder as vistas solicitadas neste momento para o processo em questão, tendo em vista tratar-se de processo decisório em curso. A Pasta acrescentou que, quando da publicação dos editais de licitação, irá proceder à veiculação nos meios oficiais visando noticiar de maneira geral todos os destinatários interessados. O órgão informou, ainda, que a nova Lei de Licitações em seu art. 54, § 3º prevê: *"após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos"*.

Recurso em 2ª instância

O demandante reiterou o pedido de acesso integral ao processo em questão nos mesmos termos do pedido inicial.

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

O órgão, considerando que o requerente repetiu o pedido anterior, reiterou que o acesso ao processo em questão não pode ser concedido no momento, uma vez que se trata de um processo decisório, ainda em curso, conforme as razões apresentadas nas instâncias anteriores.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

O demandante reiterou o pedido de acesso integral ao processo em questão nos mesmos termos do pedido inicial.

Análise da CGU

A CGU entendeu que o pedido abarca informações que podem ser consideradas como documentos preparatórios, nos termos do art. 3º, inciso XII, c/c art. 20 do Decreto nº 7.724/2012, pois se divulgadas antes do término da fase interna (preparatória) podem causar prejuízos à finalidade do certame, que busca obter valores vantajosos para a contratação. Desta forma, a CGU acatou a justificativa apresentada para restrição temporária de acesso aos documentos constantes do processo administrativo nº 53115.000733/2024-07, com fundamento nos preceitos legais referidos acima.

Decisão da CGU

A CGU indeferiu o recurso, com base no art. 3º, inciso XII c/c art. 20 do Decreto nº 7.724/2012 e no art. 7º, § 3º da LAI, tendo em vista o caráter preparatório das informações solicitadas, devendo ser assegurado o acesso a tais documentos após a edição do ato decisório respectivo, observando-se, se for o caso, a existência de outras hipóteses legais de sigilo.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

O demandante reiterou o pedido de acesso integral ao processo em questão nos mesmos termos do pedido inicial.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade, cabimento e regularidade formal.

Análise da CMRI

Da análise dos autos, verifica-se que o órgão requerido informou que o Processo nº 53115.000733/2024-07, que trata do planejamento de novos editais de licitação para a outorga de serviços de radiodifusão privada, de parceria entre o MCOM e a UnB, encontrava-se na fase interna do processo licitatório, sendo obstáculo ao acesso das documentações ali inseridas, por serem consideradas preparatórias para tomada de decisão. O MCOM também reforçou que, em caso de concessão de acesso às informações demandadas, o requerente poderia obter, para si ou para outrem, vantagem em relação aos demais concorrentes, comprometendo assim o caráter competitivo da licitação e frustrando o processo licitatório a ser instaurado, fato que traria notórios prejuízos à administração pública. A Pasta acrescentou que, quando da publicação dos editais de licitação, irá proceder à veiculação nos meios oficiais visando noticiar de maneira geral todos os destinatários interessados. Tais justificativas foram mantidas em 1ª e em 2ª instâncias. O requerente, em seus recursos, apenas reiterou o pedido de acesso integral ao processo em questão nos mesmos termos do pedido inicial, sem acrescentar elementos novos às manifestações. Diante do exposto, para a devida instrução do recurso dirigido a esta CMRI, foi realizada uma interlocução com o Ministério e questionado se, tendo em vista o tempo decorrido até a 4ª instância, já havia sido concluída a fase interna do processo nº 53115.000733/2024-07, com a respectiva edição do ato decisório. Em resposta o órgão prestou os seguintes esclarecimentos:

Em atenção aos questionamentos, informa-se que o processo ainda não foi concluído, e nesse momento não há prazo previsto para a publicação do respectivo ato decisório. Atualmente, sua conclusão aguarda análise pelo Tribunal de Contas da União e está em fase de tratativas relativas à nova metodologia de precificação das outorgas. Desse modo, para que haja a conclusão do referido processo será necessária a conclusão dos trabalhos de precificação em andamento.

Por fim, é importante consignar que as informações contidas no referido processo darão origem às novas licitações, o que torna inviável seu acesso antes da publicação do referido extrato e edital de licitação.

Desta do Ministério das Comunicações, verificadas as razões de fato e de direito para a manutenção da negativa de acesso, esta CMRI decide pelo indeferimento do recurso, visto que a informação requerida constitui documento preparatório, que servirá como embasamento para decisão futura e terá seu acesso garantido a partir da edição do respectivo ato decisório.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu indeferimento, com fundamento no art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527, de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012, tendo em vista o caráter preparatório do documento requerido.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 30/12/2024, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 02/01/2025, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 03/01/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 03/01/2025, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 07/01/2025, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6321516** e o código CRC **17FDA7A9** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00131.000032/2024-03

SEI nº 6321516